

Por uma política de bibliotecas

MARIO A. PERINI *

As notas que se seguem, escritas em 1983, continuam atuais, primeiro porque a situação permanece tão crítica como sempre; e, depois, porque acaba de ser divulgado um documento de um grupo de trabalho do Ministério da Educação, onde se colocam preliminarmente as linhas a seguir para a reformulação do ensino superior no país. Ora, nesse documento (aliás excelente em muitos pontos) a biblioteca foi quase que totalmente esquecida. Na oportunidade, pareceu-me útil chamar a atenção dos colegas para essa omissão, e divulgar finalmente algumas considerações, talvez óbvias, mas que não deixam de ser o reflexo de uma situação algo dolorosa.

Qualquer pesquisador brasileiro que tenha tido a oportunidade de conhecer universidades importantes no exterior concordaria que nossas bibliotecas universitárias fazem triste figura no contexto internacional. Outros aspectos da vida universitária foram objeto de grandes transformações nos últimos anos. Hoje as melhores instituições brasileiras começam a atingir uma colocação razoavelmente boa no que diz respeito à formação acadêmica de seu pessoal docente e de pesquisa, às instalações, mesmo no que diz respeito à remuneração — em especial se compararmos a situação atual com o baixíssimo nível em que estávamos por volta de 1968.

* Professor do Departamento de Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais

As bibliotecas, entretanto, parecem ter sido esquecidas. Atualmente continuamos enfrentando problemas semelhantes, em natureza e em grau, aos de quinze anos atrás. Preocupado com essa situação, endereço aos colegas as notas que se seguem, como um convite ao debate. A visão que ofereço é, inevitavelmente, bastante pessoal em certos pontos; e preferi restringir minhas referências à área de ciências humanas (Letras, Ciências Sociais, Psicologia), da qual tenho alguma vivência. Mas estou certo de que o problema é generalizado, atingindo todas as áreas da Universidade.

Conheço algumas bibliotecas realmente adequadas em algumas instituições. Mas tais exceções são tão raras que não alteram o quadro no essencial. Esse quadro se caracteriza pelas seguintes deficiências: acervos reduzidos, com pequeno número de assinaturas de periódicos, muitas vezes sem a necessária continuidade; falta crônica de pessoal; e atomização em pequenas e precárias bibliotecas setoriais ou departamentais.

Aliás, parece ser tradição na Universidade brasileira a tendência à proliferação de mini-bibliotecas. Cada instituto, departamento ou simples setor insiste em montar sua própria biblioteca — quase sempre sem pessoal adequado, em instalações precárias, funcionando em horários restritos e com acesso limitado aos alunos e professores do curso em questão. Essa atomização se soma aos já agudos problemas gerais de falta de recursos, compondo um quadro muito desfavorável ao desenvolvimento da pesquisa e à melhoria do nível dos cursos.

As conseqüências são bem conhecidas, mas não custa recapitulá-las. Uma é o perigo de não aproveitar plenamente o potencial dos pesquisadores de alto nível (em especial, talvez, dos recém-doutorados no exterior); outra é dificultar a formação de bons pesquisadores no país, pelo simples fato de se impedir o acesso imediato

à informação necessária. O pesquisador recém-chegado, ao se confrontar com a situação, pode por exemplo tentar montar uma biblioteca particular que atenda, pelo menos em parte, às suas necessidades; mas isso se torna cada vez mais difícil, dado o elevadíssimo custo de livros e periódicos. Que soluções restam? É preciso, antes de mais nada, enfrentar a realidade: não é possível manter um trabalho de bom nível baseando-se em bibliografia nacional. Isso não é um fenômeno particularmente brasileiro; creio que se estende a todos os países, com a possível exceção dos EEUU. Logo, o pesquisador que não consegue formar e manter sua própria biblioteca (e como fazê-lo sem ser milionário?) está automaticamente separado de muitas de suas fontes de informação mais importantes. O resultado pode ser o desencorajamento puro e simples, o que significa que o imenso investimento de formar esses doutores no exterior pode ser em parte desperdiçado, por não haver no Brasil condições mínimas de trabalho; inevitavelmente o nível da pesquisa e do ensino vai baixando.

Dei a entender acima que o problema da biblioteca pode ser resumido, «grosso modo», em dois pontos: a atomização das bibliotecas e a falta geral de recursos. Vou agora elaborar um pouco acerca do primeiro problema.

Sou favorável à formação de grandes bibliotecas centralizadas em cada Universidade. Entenda-se essa centralização sem dogmatismo, evidentemente: é preciso levar em conta condições locais tais como a separação física dos diversos institutos, que exige a separação das bibliotecas, ou a necessidade de manter certos livros de uso constante em aulas ou laboratórios junto aos departamentos etc. Mas, no geral, a tendência deveria ser à centralização. Contra essa posição levantam-se às vezes certos argumentos, que me parecem infundados. Primeiro:

a centralização exige um grau muito alto de organização administrativa. É verdade; mas por que fugir ao problema? Por que acreditar, «a priori», que a Universidade é incapaz de levar a efeito essa organização? Se é verdade que as grandes bibliotecas exigem organização eficiente, por outro lado elas permitem uma economia de recursos humanos que remove o maior obstáculo à organização, que é a falta de pessoal especializado. Podemos ter vinte bibliotecas com um bibliotecário cada uma, ou uma biblioteca com vinte bibliotecários; é evidente (para mim, pelo menos) que a última funcionará melhor. Outra objeção é que as grandes bibliotecas requerem instalações adequadas; essa é uma objeção procedente, mas novamente não me parece que fugir ao problema seja solução. Em certas Universidades as instalações já existem, mas são sub-aproveitadas. Existe, às vezes, um excelente edifício para a Biblioteca Central, mas está quase vazio porque a maioria das bibliotecas continua ocupando pequenas instalações junto aos departamentos. Por outro lado, onde não existem instalações, estas podem ser construídas ou adaptadas; afinal de contas, ninguém gostaria de acreditar que as Universidades brasileiras estão «prontas», e que não há esperanças de novas ampliações! A única mentalidade que nos levará adiante é a de que, havendo necessidade de algo, é preciso consegui-lo.

Por outro lado, as vantagens oferecidas pelas grandes bibliotecas são muito significativas. Elas permitem, antes de mais nada, a racionalização dos recursos disponíveis. Racionalização de recursos humanos: o bibliotecário em uma pequena biblioteca é obrigado a se desdobrar, sendo ao mesmo tempo catalogador, administrador, planejador, agente de compras, atendente no balcão de empréstimos etc. Uma grande biblioteca possibilita a concentração de pessoal em diferentes áreas, com evidentes vantagens para o rendimento. Nada impede, por exemplo, que em

uma biblioteca centralizada haja um bibliotecário especializado em História do Brasil, ou em Sociologia. Voltando ao nosso exemplo hipotético dos vinte bibliotecários: quando concentrados em uma grande biblioteca, devidamente organizada, eles certamente renderão muito mais do que separadamente em suas mini-bibliotecas.

Racionalização de recursos materiais: além da não necessidade de duplicar instalações para várias bibliotecas, há o importante item da duplicação de acervo. Já não seria necessário ter vinte exemplares da Enciclopédia Britânica ou do dicionário de Aurélio Buarque de Holanda; nem fazer várias assinaturas da mesma revista, simplesmente porque interessa a vários setores.

Racionalização, finalmente, do atendimento: é apenas com grande bibliotecas, que dispõem de pessoal em número e qualidade adequados, que se torna possível funcionar em horários extensos (por exemplo, das 8 às 22); fica mais fácil, igualmente, permitir o acesso e o empréstimo a todos os alunos ou professores da Universidade.

Um dos mais sérios inconvenientes das bibliotecas separadas é justamente a necessidade que surge de dividir acervos e leitores segundo algum critério. Ora, sempre me pareceu arbitrária a decisão de que «este livro é de Letras», ou «de Psicologia» e assim por diante. Qualquer pesquisador sabe muito bem que essas delimitações só têm significado administrativo; academicamente são cada vez mais absurdas e inconvenientes. O estudioso de Literatura tem necessidade crucial de recorrer a publicações rotuladas como de lingüística, psicologia, sociologia, filosofia: o lingüísta dificilmente pode prescindir da psicologia, da filosofia da linguagem, da sociologia; o historiador depende de ciência política, de antropologia, de geografia etc. Não creio que se possa garantir em

definitivo que determinada obra é do interesse exclusivo de uma «área»; decorre daí que o acesso de qualquer membro da Universidade a qualquer obra do acervo da biblioteca é essencial.

O segundo obstáculo à melhoria das bibliotecas universitárias brasileiras está na falta de recursos. Mesmo considerando-se o acervo total de cada Universidade, a pobreza das bibliotecas é evidente. Com freqüência se encontra, entre professores e administradores, a crença mais ou menos explícita de que a biblioteca é um fator secundário para a pesquisa e o ensino, e que pode sobreviver adequadamente com sobras de verbas. Aqui, mais do que em qualquer outro ponto, impõe-se uma mudança de mentalidade. Por outro lado, parece-me indispensável planejar também um programa federal de estímulo; as agências federais de financiamento deveriam considerar a possibilidade de iniciar programas de desenvolvimento de bibliotecas universitárias. Esse auxílio deveria, na minha opinião, tomar duas formas: primeiramente, é claro, a concessão direta de recursos para aquisição de acervo. Depois, a procura de fórmulas que facilitem a importação de bibliografia estrangeira, sem as atuais despesas e restrições extraordinárias. Já apontei acima, e repito aqui, que é pura ilusão procurar desenvolver a ciência no Brasil sem contato constante e íntimo com a ciência internacional; e a maneira mais econômica de fazê-lo é, evidentemente, através da importação intensiva de livros e periódicos.

Um preliminar à implantação de tais programas seria um debate entre os pesquisadores, o mais amplo possível. Na verdade, a menos que se possa mobilizar os próprios interessados, pesquisadores e docentes, para trabalharem junto a suas instituições, não será possível realizar a mudança de mentalidade necessária para o sucesso do programa. Pode valer a pena realizar algumas

reuniões prévias, para estabelecer pontos comuns — requisitos mínimos para a concessão do auxílio. Em uma palavra, já é tempo de se organizar entre os pesquisadores um movimento com o objetivo de dotar as Universidades brasileiras de bibliotecas à altura do nível do melhor trabalho que se vem realizando nelas.